

O SUJEITO DE REFERÊNCIA INDETERMINADA EM SENTENÇAS INFINITIVAS*

Maria Eugênia Lamoglia DUARTE¹

Não há matéria para **se** fazer a tristeza
Nessa manhã, manhã perfeita
Se a mão que me deu maio fosse a tua.
(*Terceto*, Eucanaã Ferraz)

RESUMO: Neste artigo apresento uma análise da realização do sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas com base na língua falada e na escrita padrão do português brasileiro (PB) e europeu (PE), sob a hipótese de que a mudança que atinge as sentenças finitas no PB associada à existência do infinitivo flexionado e à orientação para o discurso levaria à realização expressa do sujeito das infinitivas. Os resultados confirmam a hipótese, mostrando expressivo uso de formas pronominais nominativas para a representação dos sujeitos das sentenças infinitivas no PB oral, enquanto o PB escrito apresenta comportamento quase idêntico ao do PE, que prefere o sujeito nulo em variação com o uso parcimonioso do clítico indefinido *se*, tanto na fala quanto na escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Mudança lingüística. Parâmetro do Sujeito Nulo. Sentenças infinitivas. Infinitivo flexionado. Sujeito indeterminado. Língua de Tópico.

Introdução

Neste artigo apresento uma análise comparativa da realização do sujeito de referência indeterminada (ou arbitrária) nas sentenças infinitivas do portu-

* Esta pesquisa conta com o apoio de uma bolsa PQ CNPq (Processo 350731/99-3). Participaram do levantamento e análise parcial dos resultados as bolsistas de IC Cláudia Isabel Rodrigues da Rocha (CNPq-PIBIC) e Flávia Elisa Cardoso de Souza (CNPq-Balcão).

¹ Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. eugenia@brazilmail.com

guês brasileiro (PB) falado e escrito e do português europeu (PE). A motivação do trabalho é relacionar mudanças atestadas na representação do sujeito de sentenças **infinitivas** no PB à tendência já observada no preenchimento dos sujeitos pronominais em sentenças **finitas**, tanto os de referência definida quanto os de referência arbitrária (confira DUARTE, 1995, para resultados sobre a fala culta, e DUARTE, 2003, para resultados sobre a fala “popular”²).

A perspectiva teórica “paramétrica” (TARALLO; KATO, 1989, 2007) que orienta a pesquisa tem permitido interpretar os dados do PB como evidências da mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN). E, embora a realização fonética de um sujeito de oração infinitiva não seja uma propriedade associada às línguas [-sujeito nulo], como o inglês ou o francês, acredito que o fato de o sistema do português contar com o infinitivo flexionado, associado à remarcação do valor do PSN e à orientação parcial para o discurso (PONTES, 1987; GALVES, 1987, 1998, 2001; KATO, 1989, 1998, 2000; NEGRÃO; VIOTTI, 2000), pode explicar a realização plena do sujeito de referência arbitrária em sentenças infinitivas do PB. Utilizando a perspectiva de estudo da mudança tal qual aparece em Weinreich, Labov e Herzog (1968, 2006), o aparecimento desses sujeitos de infinitivo expressos seria uma evidência do “encaixamento” da mudança, ou seja, um efeito colateral ou subproduto relacionado de maneira não casual a um determinado processo de mudança. Naturalmente, a Teoria de Princípios e Parâmetros nos fornece um caminho para levantar hipóteses e tentar acompanhar esse processo e compreender os efeitos da mudança em progresso. As ocorrências em (1) e (2), atestadas na fala culta carioca (amostra NURC-RJ), ilustram o fenômeno em análise. Observe-se que, enquanto em (1) o sujeito indeterminado de “conseguir” é representado por uma categoria vazia,³ em (2) temos, além do clítico *se*,⁴ diferentes formas pronominais nominativas para veicular a mesma referência indeterminada:

² Os adjetivos “culto” e “popular” são aqui usados tão somente para distinguir, respectivamente, a fala de indivíduos com curso universitário completo (no presente caso representados pela amostra NURC-RJ) daqueles sem curso superior (aqui representados pelos falantes que compõem as amostras do Projeto PEUL - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, tendo de 4 a 11 anos de escolaridade).

³ Optei por representar a categoria vazia sujeito por um zero e o índice *arb* subscrito, que indica a referência arbitrária ou indeterminada do sujeito.

⁴ O clítico *se* é aqui tomado como uma forma de representação do sujeito indeterminado, em variação com as formas nominativas *você*, *a gente*, etc. Não interessa ao presente estudo discutir seu estatuto teórico (se vinculado ou não a uma posição vazia de sujeito).

- (1) é muito difícil [\emptyset_{arb} conseguir uma carga de quarenta horas], você sabe disso, te obriga a ir a vários colégios, deslocamento, passagem
- (2) a. é uma das cidades que tem o melhor, melhor é, padrão de vida, ou seja, uma das melhores cidades do mundo [pra *se* morar]
b. outro dia eu tive, tive que, expulsar um aluno de sala, realmente é, triste né, [*você* ter que expulsar um aluno de sala]⁵
c. é muito gostoso [*a gente* analisar isso], é muito bonito.

Para a análise da língua falada são utilizadas, para o PB, 12 entrevistas do Projeto NURC-RJ, gravadas nos anos 90 e, para o PE, entrevistas entre documentador e informante extraídas de Cresti e Moneglia (2005), uma publicação em CD-rom, que apresenta uma variada amostra de línguas românicas faladas na Europa (português, francês, italiano e espanhol). Para tornar a análise comparável aos dados do NURC, foram selecionadas nesta etapa da pesquisa apenas entrevistas com falantes de nível superior de escolaridade, o que nos deixou com uma amostra menor para o PE do que para o PB oral, já que o número de falantes com tal nível de escolaridade era pequeno. A análise da escrita utiliza artigos de opinião e crônicas publicados em jornais de Lisboa, entre os quais o *Público*, *O Diário de Notícias* e *O Expresso*, e em jornais cariocas, *O Globo* e *O Jornal do Brasil*, no período de 2003 a 2007. A metodologia utilizada na codificação e processamento dos dados segue os passos da pesquisa sociolinguística (MOLLICA; BRAGA, 2003; GUY; ZILLES, 2007).

O texto está organizado da seguinte forma: na seção seguinte, faço uma revisão sobre a representação do sujeito de referência arbitrária em sentenças **finitas** na fala e na escrita; na seqüência, apresento uma breve revisão das descrições e recomendações tradicionais sobre a representação do sujeito indeterminado das sentenças **infinitivas** e o que dizem estudos linguísticos recentes sobre a história dessa representação no português. A penúltima seção traz a análise dos resultados para as modalidades oral e escrita, comparando as duas variedades: PE e PB. Ao final, são apresentadas algumas considerações sobre o que dizem os resultados obtidos a respeito da mudança em curso no PB.

⁵ Só foram consideradas como ocorrências de sujeitos nominativos as formas expressas; entre os sujeitos nulos se encontram ocorrências como (1) acima e ocorrências de uma categoria vazia correferente com uma forma nominativa:

(i) *você*_i não prejudica os outros, né, pra \emptyset_{arb} _i não prejudicar os outros, *você*_i tem que botar o cara pra fora, né

Sobre os sujeitos referenciais (definidos e indeterminados) em sentenças finitas

Uma das conseqüências da mudança observada no PB em direção aos sujeitos referenciais definidos foneticamente realizados é a tendência ao uso de sujeitos indeterminados igualmente expressos. Ao contrário das descrições tradicionais, que apresentam formas nulas com a terceira pessoa do plural ou estruturas com *se* para a indeterminação do sujeito, o PB, seja na variedade culta seja popular, prefere formas nominativas, particularmente *você* e *a gente*. Tal preferência, analisada em Kato e Tarallo (1986), é confirmada em inúmeras análises com base em variedades da fala culta (DUARTE, 1995, 2003):

- (3) a. Quando **você** é menor, **você** não dá muito valor. Você acha que criança é só pra encher o saco, né? [...] Na fase que **você** tá na adolescência, **você** tá na praia, vem criança, te joga areia, **você** não vai entender que, pô, isso é da criança. (NURC-RJ, Faixa 1)
- b. **A gente** tem que seguir o que **a gente** sabe e da forma que **a gente** foi criado. (PEUL-RJ, Faixa 2)

A análise de Duarte (1995) aponta o quase desaparecimento do pronome *nós* e do clítico *se*, com pequena resistência na fala dos indivíduos cultos mais velhos. Nas faixas intermediárias e mais jovens, essas formas estão ausentes, sendo substituídas principalmente por *você*. Nota-se, entretanto, nas diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, a ocorrência de uma categoria vazia com interpretação arbitrária, apontada por Kato e Tarallo (1986) e Galves (1987, 1998):

- (4) a. antigamente \emptyset_{arb} **punha** a mesa pra tomar lanche (NURC-RJ, Faixa 3)
- b. “Herodes tinha razão: \emptyset_{arb} **tem que matar** as crianças!” a gente odiava criança (NURC-RJ, Faixa 1)
- c. \emptyset_{arb} **não pode entrar** de sapato; \emptyset_{arb} **fica** de meia (NURC-RJ, Faixa 1)
- d. \emptyset_{arb} **desce** até Florianópolis, \emptyset_{arb} **vai** pro sul... \emptyset_{arb} **vai** chegar até a cidade de Laguna (NURC-RJ, Faixa 2)

Tal interpretação, segundo Galves, só é possível devido à impossibilidade de interpretar um pronome nulo de referência definida nesses contextos, decorrência do enfraquecimento da concordância no PB.⁶ É interessante notar que o uso

⁶ Numa sentença como:

- (i) antigamente \emptyset **punha** a mesa pra tomar lanche
o sujeito nulo teria referência definida no PE, podendo ser interpretado como eu/ele, ela; para ter interpretação arbitrária, deveria estar associado a um clítico *se*, como:
- (ii) antigamente \emptyset_{arb} **punha-se** a mesa pra tomar lanche

dessa estrutura é fortemente condicionado à veiculação de significado aspectual (4a), modal (4b,c) e ao discurso de procedimentos (4d), não sendo sua distribuição relacionada a fatores sociais, com ocorrência média de 20% nas diferentes faixas etárias que compõem a amostra de Duarte (1995). Cavalcante (2007) explora os diferentes contextos sintático-semânticos que favorecem essa categoria vazia num estudo da mudança “em tempo real de curta duração” (LABOV, 1994) e aponta leve tendência de aumento na sua ocorrência.

O que dizer dos sujeitos indeterminados em sentenças finitas na escrita? Em uma investigação recente, com base em matérias assinadas e crônicas publicadas em jornais cariocas de ampla circulação, Duarte (2007a) aponta uma curiosa assimetria no que diz respeito à implementação da mudança na modalidade escrita. Enquanto os sujeitos referenciais **definidos** de terceira pessoa se encontram em franca implementação, igualando o índice de 51% de preenchimento encontrado por Barbosa, Duarte e Kato (2005) em entrevistas transcritas em jornais (contra apenas 7% de pronomes expressos no português europeu), a representação do sujeito referencial **indeterminado** se mostra extremamente conservadora e muito próxima do PE oral e escrito: a escola (ou o contato constante com a escrita por parte dos que atuam nos jornais de grandes centros urbanos) consegue recuperar duas formas praticamente extintas da fala: o uso da primeira pessoa do plural (nós), com o pronome preferencialmente nulo (com 45%), e do clítico *se* (36%), as duas estratégias por excelência encontradas para a escrita do século XIX por Cavalcante (1999) e por Duarte e Lopes (2002) em artigos da imprensa carioca e em cartas de leitores e redatores de jornais de diferentes estados brasileiros, respectivamente.

Temos, pois, um quadro bastante diferenciado para fala e escrita no que diz respeito à forma dos sujeitos indeterminados das sentenças finitas. E, mesmo considerando a possibilidade de um sujeito nulo arbitrário sem marcas, como mostram os exemplos em (4), uma coisa é certa: em diferentes amostras da fala brasileira urbana prevalece o uso, em torno de 70%, de uma forma nominativa expressa para representar os sujeitos indeterminados. Diante de tais resultados e considerando a possibilidade de o infinitivo exibir marcas flexionais de número e pessoa, o que se poderia esperar da posição sujeito nas orações infinitivas? Que elas apresentem um sujeito lexical com “as mesmas possibilidades interpretativas” das sentenças finitas, como ressalta Figueiredo Silva (1996, p.141).

Daí a hipótese que orienta a presente análise: o infinitivo flexionado, disponível no português, associado à tendência a realizar foneticamente o sujeito prono-

minimal referencial certamente será um fator a permitir a implementação dessa mudança nas sentenças infinitivas do PB oral. A escrita, a julgar pelos resultados obtidos para as sentenças finitas, deve se mostrar mais conservadora, aproximando-se dos padrões europeus.

Sobre o sujeito indeterminado nas sentenças infinitivas – norma e um pouco de história

Dentro da tradição gramatical, há unanimidade entre os gramáticos quanto ao fato de que o verbo no infinitivo impessoal “não faz referência a qualquer sujeito, exprime a ação de modo vago, à maneira do substantivo” (BECHARA, 1999, p.244), “não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical” (CUNHA; CINTRA, 2001, p.484-486), em oposição ao infinitivo pessoal, que tem sujeito próprio e pode ou não flexionar-se. Entre os exemplos fornecidos pelos últimos para ilustrar o infinitivo impessoal estão:

- (5) a. *Amar* os homens é sempre uma alegria dolorosa.
b. Há decisões fáceis de *manter*, lembranças difíceis de *afastar*.

Um exame da estrutura argumental dos verbos *amar*, *manter* e *afastar* nos exemplos acima revela que cada infinitivo não flexionado seleciona um argumento externo e um interno e que o argumento externo, que realiza a função de sujeito gramatical dessas orações, está indeterminado (x amar os homens, x manter decisões, x afastar lembranças):

- (6) a. \emptyset_{arb} *Amar* os homens é sempre uma alegria dolorosa.
b. Há decisões_i fáceis de \emptyset_{arb} *manter* \emptyset_i , lembranças_k difíceis de \emptyset_{arb} *afastar* \emptyset_k

Nas demais gramáticas, um sujeito indeterminado só apareceria com o infinitivo flexionado na terceira pessoa do plural, tal como ocorre em (7):

- (7) a. Foi então que ouvi [*baterem* na porta.] (CUNHA, 1978, p.333)
a'. Foi então que ouvi [\emptyset_{arb} *baterem* na porta.]

Pelo exemplo acima, vê-se que, apenas na presença de uma desinência mais saliente, os gramáticos atentam para o fato de haver um sujeito nulo de referência

indeterminada. Há, pois, uma relação direta na tradição gramatical entre infinitivo impessoal e “inexistência” de sujeito e infinitivo pessoal e “existência” de sujeito. Essa noção explica, sem dúvida, o fato de nossos gramáticos ignorarem completamente, em suas descrições, a possibilidade de usar o clítico *se* junto aos infinitivos. Um deles, entretanto, Napoleão Mendes de Almeida (1969, p.203-204 e 207-208), aponta tal uso com o objetivo de condená-lo veementemente, considerando-o “êrro pernicioso e cada vez mais enconradiço em nossa literatura”, uma “inutilidade”, “sem nenhum valor semântico ou sintático”. Responsável por 1.200 artigos, publicados entre 1936 e 1953, no *O Estado de S. Paulo*, em uma coluna intitulada “Questões Vernáculas”, o gramático afirma que encontrava exemplos “diários e em abundância, de emprego errado do *se*”, um indício de que tal uso fazia parte da gramática dos colaboradores dos jornais e de outros veículos de comunicação.

A argumentação do gramático contra o uso de *se* junto do infinitivo é realmente interessante. Tanto ao tratar da função *passiva* quanto da *impessoal* do pronome *se*, nota-se que o autor confunde a função de sujeito oracional com a de sujeito do verbo no infinitivo. Por exemplo, em “Convém notar-*se* que êle errou”, justifica a inutilidade do *se* com o argumento de que o sujeito de “convém” é “notar que ele errou”. Ele não faz qualquer menção, porém, ao sujeito indeterminado de “notar”, o verbo da oração subordinada (quem nota?).⁷ Os protestos do gramático são, sem dúvida, um indício de que o uso de *se* em variação com o sujeito nulo indeterminado de infinitivos era freqüente. O que levaria a tal uso?

Devemos a Nunes (1990, p.13), em sua pesquisa sobre o *se apassivador/indeterminador*, o fato de ter chamado a atenção para esse uso em textos do século XIX:

(8) Nunca pude me conformar com a idéia de *se* matar um homem a sangue frio. (carta, 1894)

Note-se que, no exemplo de Nunes (1990), o uso de *se* parece garantir uma interpretação arbitrária ao argumento externo de “matar”. Sua ausência poderia

⁷ A posição de Napoleão Mendes de Almeida, frontalmente contrária a tal uso, é resgatada e compartilhada por “consultores gramaticais” que assinam colunas em jornais e até mesmo revistas especializadas em Língua Portuguesa, um dos quais é o jornalista Josué Machado (apud NUNES, 1990, p.116), que, em 1989, chegou a batizar esse *se*, ironicamente, como *Se-Sarney*, “muito em evidência, mas sem função ou utilidade”, refletindo uma opinião política da época.

levar a uma indesejada correferência com o sujeito de primeira pessoa da oração principal.⁸

A ocorrência da “inserção” (nos termos de Nunes) do *se* junto a infinitivos é confirmada na análise de Cavalcante (1999) com base em editoriais, textos de opinião e crônicas publicados no Rio de Janeiro entre 1848 e 1998, em percentuais que variam de 24% sobre o total de ocorrências no primeiro período analisado (entre 1848 e 1869) e 13% no período mais recente (entre 1996 e 1998). Estaria essa redução ao longo do século XIX e XX ligada às prescrições normativas que condenavam tal uso? Um aspecto interessante observado por Cavalcante é o uso de *se nominativo* em variação com *se passivo*, ou seja, o infinitivo não flexionado ocorre em variação com o infinitivo flexionado, o que se evidencia pela concordância entre o infinitivo e o argumento interno, na construção passiva, como mostram os exemplos em (9a,b), respectivamente:

- (9) a. O acesso ao universo de informações que circula nas grandes redes é essencial para ***se tomar decisões rápidas***. (ex. 179 de CAVALCANTE, 1999, p.93)
- b. ...comissões supervisoras criadas com o objetivo de ***se evitarem erros cometidos no passado***. (ex. 181 de CAVALCANTE, 1999, p.93)

Um aspecto estrutural apontado pela autora é o fato de o uso de *se* ser favorecido pela presença de uma preposição introduzindo a oração infinitiva, uma restrição confirmada por Duarte (2002) e Duarte e Lopes (2002), examinando, respectivamente, anúncios e cartas publicados em jornais brasileiros do século XIX. A presença de *se* com infinitivo era de fato comum, chegando a concorrer de perto com uma posição vazia em certos estados brasileiros.⁹ Vejam-se os exemplos de Duarte e Lopes (2002, p.162) em (10):

- (10) a. É preciso ***ser-se*** muito injusto para ***dizer-se*** o que acabo de ler [...] Lembre-se o Sr. Dr. T. da Costa que um phylósofo de reputação diz que para ***criticar-se***, é preciso pelo menos ***saber-se*** tanto como a pessoa a que se dirige a crítica. (*Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, 01/01/1864)

⁸ Galves (1987, p.40) já apontava que a presença de *se* nas construções “difícil”, como “O João é difícil de se pagar [...]”, assegura uma interpretação arbitrária do sujeito, “bloqueando” sua leitura correferencial com o antecedente.

⁹ As autoras utilizam anúncios e cartas de leitores e redatores recolhidos pelo Projeto PHPB – Para a História do Português Brasileiro, em sete estados: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e publicados em Guedes e Berlinck (2000) e Barbosa e Lopes (2006).

- b. Mas também, é tão cômodo: Ø_{arb} **poder estabelecer-se** negócio sem capital; Ø_{arb} **conseguir ganhar** muito e Ø_{arb} **gastar** pouco, e finalmente Ø_{arb} **proceder** ilegalmente e nada Ø_{arb} **soffrer**?! (*Echo Social, RJ, 08/03/1879*)

Apesar de serem notadas ocorrências de *se* em sentenças não regidas de preposição, como mostram duas ocorrências em (10a) acima, a análise confirmou o favorecimento dos contextos preposicionados no uso de *se*, sendo ainda atestada a variação entre *se* nominativo e *se* passivo, ilustrados, respectivamente em (11a) e (11b):

- (11) a. (...) muito principalmente hoje que a desenfreada licença de Ø_{arb} escrever tem chegado ao ponto de ***se não respeitar nem mesmo as cousas mais sagradas*** [...] (*Diário de Pernambuco, PE, 1847*)
- b. Porem, se há conveniência de Ø_{arb} revolver as lavas apenas extintas do passado [...], afim de ***não confundirem-se as parcialidades***, seja-nos permitido dizer [...] (*O Dezenove de Dezembro, PR, 1855*)

Ora, a explicação para a implicância dos gramáticos em relação a essa estrutura, fato trazido ao debate pelo trabalho de Nunes (1990), não tem qualquer fundamento na norma culta praticada no Brasil do século XIX e nem na do século XX. Naturalmente, longe de ser um elemento “sem qualquer utilidade”, o usuário da língua tinha à sua disposição uma forma de expressar ou assegurar a interpretação indeterminada de um argumento da sentença, cuja função é claramente a de um *se* indeterminador/apassivador.

Seria esse *se* de fato uma inovação brasileira do século XIX? Estaria a redução nos índices de sua ocorrência ao longo do século XX, mostrada pela análise diacrônica de Cavalcante (1999), ligada a essa pressão normativa exercida por gramáticos, como Napoleão Mendes de Almeida e seus seguidores, que rejeitavam ou ignoravam tal estrutura? A resposta para essas perguntas é oferecida pela análise diacrônica em tempo real de “longa duração” que Cavalcante (2006) nos oferece: a construção com *se*+infinitivo **não** é uma inovação do português brasileiro do século XIX como se pensava. Pelo contrário: a construção é atestada no Português Clássico (séculos XVI, XVII e XVIII), alcançando nos dois primeiros séculos expressivo índice de ocorrência: 20%. Esse índice cai para 9% na amostra do Português Europeu Moderno (PEM – séc. XIX), mantendo-se estável no Português Europeu Contemporâneo. Essa redução é eloquente. À medida que o PEM se encaminha para uma redução nesse uso, por razões ainda não desvendadas, a

norma no Brasil, na tentativa de se espelhar na lusitana, segue de perto esse uso parcimonioso e por isso mesmo mais saliente aos “olhos” e “ouvidos” dos gramáticos. Explica-se assim a rejeição dos nossos gramáticos a esse uso e tem-se mais uma evidência da “mudança da norma” no Brasil em direção à norma lusitana na virada do século XIX, apontada por Pagotto (1998).

O que dizem os resultados da análise sincrônica da fala e escrita

A tabela 1 a seguir mostra a distribuição dos dados obtidos para as duas modalidades:

Tabela 1: Distribuição dos dados segundo a representação do sujeito

Modalidade	Fala		Escrita	
	PE	PB	PE	PB
Nulo	68 (91%)	156 (78%)	133 (94%)	133 (90%)
Se	6 (8 %)	3 (1,5%)	9 (6%)	10 (7%)
A gente	1 (1 %)	4 (2%)	---	1 (1,5%)
Você	---	37 (18,5%)	---	1 (1,5%)
Total	75 (100%)	200 (100%)	142 (100%)	147 (100%)

Um exame dos percentuais na tabela já nos permite uma interessante constatação: PE e PB escritos não se distinguem em termos quantitativos, atingindo índices praticamente idênticos de sujeitos nulos e de *se* indefinido (apassivador/indeterminador). Além disso, o uso de *se* é bastante parcimonioso na escrita: 6% no PE e 7% no PB, índices praticamente idênticos aos que Cavalcante (2006) encontra para o português europeu moderno e contemporâneo.¹⁰ Veremos mais adiante o que parece motivar esse uso.

¹⁰ Confira também a esse respeito Cavalcante e Duarte (2008).

Na modalidade oral, entretanto, vemos diferenças significativas. O PE apresenta um índice de 91% de sujeitos nulos, estando muitíssimo próximo do PE escrito: uso absolutamente predominante do sujeito nulo, uso parcimonioso de *se* e uma única ocorrência de *a gente* (cujo estatuto pronominal no PE é duvidoso). O PB oral, ao contrário, mostra uma redução no índice de sujeitos nulos, chegando a 78%; ou seja, o índice de sujeitos expressos atinge 22%. O PE, portanto, destacando-se o uso do pronome *você* (18,5%), tal como ocorre nas sentenças finitas, seguido bem de longe pelos pronomes *a gente* (2%) e *se* (1,5%).

Uma análise qualitativa dos dados da fala

Os exemplos em (12) abaixo sugerem que o uso de *se* em variação com o sujeito nulo não parece ter uma motivação funcional, como, por exemplo, garantir a interpretação arbitrária do sujeito, tanto no PE quanto no PB falados:

- (12) a. a nora desses amigos da Manuela levou-nos a conhecer Brasília inteira que também é muito fácil \emptyset_{arb} *conhecer* porque aquilo é tudo tão organizadinho que basta \emptyset_{arb} *conhecer* um fragmento para *se perceber* bem como é que funciona tudo (PE oral)
- b. é uma das cidades que tem o melhor, melhor é, padrão de vida, ou seja uma das melhores cidades do mundo pra *se morar* (PB oral)
- c. pra \emptyset_{arb} *morar*, eu acho um bairro legal, tem determinadas ruas, agradáveis, apesar de eu morar em plena Conde de Bonfim (PB oral)

Em que pese o número reduzido de dados com *se*, pode-se dizer que em nenhum exemplo tal uso teve motivação funcional, ou seja, a supressão de *se* não impediria a interpretação arbitrária do sujeito. Nota-se, entretanto, uma motivação estrutural: os três únicos dados do PB e quatro dos seis do PE exibem uma preposição, especialmente *para*, como mostram os dados em (12) acima. Apenas duas das ocorrências do PE exibem o *se* em orações subordinadas não regidas de preposição: uma completiva de verbo e uma subjetiva, como mostra (13):

- (13) a. toda a gente que vai àquela zona aconselha [conhecer-*se* Olinda] (PE oral)
- b. era preciso [viver-*se* muito bem] (PE oral)

Quanto ao uso de *a gente*, em índices modestos, nota-se que o pronome aparece em orações subjetivas articuladas com predicadores adjetivais:

- (14) a. portanto se calhar melhor [*a gente* saber tudo] porque se faz tudo na mesma (PE oral)
b. é muito gostoso [*a gente* analisar isso], é muito bonito. (PB oral)

Finalmente, no que diz respeito ao uso de *você*, um fator extralingüístico e um lingüístico se destacam: (a) o uso de *você* é muito mais freqüente na fala do grupo mais jovem (entre 25 e 35 anos), responsável por 24 das 37 ocorrências; (b) a inserção de *você* é preferencial, embora não exclusiva, em contextos não regidos de preposição, tal como o uso de *a gente*, um fato que já o distingue do uso de *se*. De fato, 26 das 37 ocorrências (ou 70%) ocorrem em subordinadas subjetivas pospostas (completivas de predicadores verbais, nominais e adjetivais), como em (15), subjetivas antepostas (completivas de predicadores verbais e nominais), como em (16), e objetivas diretas, ilustradas em (17):

- (15) a. por isso que eu digo, não adianta [*você* fazer o pré-vestibular] se você não tiver uma base (PB oral)
b. realmente dá uma certa revolta [*você* ter que ter passado por uma situação dessas] (PB oral)
c. é triste, né, [*você* ter que expulsar um aluno de sala] (PB oral)
d. eu acho que sensual é [*você* colocar uma coisa provocante, uma roupa que insinua], né? (PB oral)
- (16) a. [*você* ter qualquer profissão da área tecnológica] te paga melhor que o magistério (PB oral)
b. [*você* chegar depois de dez horas] era um, um medo só, né? (PB oral)
- (17) pô, imagina [*você* brigar] e ter que dormir junto com a pessoa, olhando pra cara da pessoa, aí acordar no dia seguintes, um não 'tá a fim de falar com o outro e, 'tá na mesma casa, sabe, tomando café juntos, não sei, mas eu acho que é uma coisa nova (PB oral)

Observam-se ainda sentenças infinitivas aparentemente não articuladas a uma principal:

- (18) a. e, engraçado que, por exemplo, nesse castelo, você andava, aí você, como ele era todo de madeira, [*você* ir andando] e o, aquele barulho de madeira rangendo né? (PB oral)
b. mas tinha uma disciplina muito grande, [*você* ter que baixar a cabeça, aquele negócio, né] (PB oral)

Entre as 11 sentenças regidas de preposição, predominam as completivas nominais canônicas ou completivas do verbo modal “dar”, nas construções “dar pra”:

- (19) a. porque essa questão [de *você* ter que hastear bandeira...] (PB oral)
b. o Rio de Janeiro é uma cidade adorável [pra *você* bater perna], né? (PB oral)
- (20) as casas era muito generosas de espaço, dava [pra *você* fazer festas], né, dava [pra *você* reunir em grandes almoços] (PB oral)

Nas completivas de predicadores adjetivais como *difícil*, nota-se o uso variável de preposição:

- (21) a. fica difícil [de *você* administrar isso] mas existe né? (PB oral)
b. agora, também é difícil [*você* ir contra, vamos dizer assim, a maré] né? (PB oral)

Exemplos como os ilustrados acima com *você* ainda encontram concorrência forte em estruturas com o sujeito nulo, mas, como mostram os dados em (21), um sujeito nulo de infinitivo está geralmente controlado por um *você* indeterminador na oração principal:

- (22) a. mas, tinha uma disciplina muito grande, *você* ter que abaixar cabeça, aquele negócio de, né, [pra \emptyset_{arb} *sair*] ter que ficar quietinho, pra sair antes (PB oral)
b. você não prejudica os outros, né, [pra \emptyset_{arb} não *prejudicar* os outros] *você* tem que botar o cara pra fora, né (PB oral)
c. *você* vai ali [pra \emptyset_{arb} *assistir* uma aula] mas o professor não, não ensina nada (PB oral)

ou é resultante do alçamento de um sujeito indeterminado:

- (23) e hoje em dia *você* sem carro fica muito difícil [pra \emptyset_{arb} poder sair] (PB oral)
(e hoje em dia fica muito difícil [pra você poder sair sem carro])

Além disso, nota-se uma forte tendência a evitar uma posição de sujeito vazia quando este se encontra em início absoluto e em contextos não regidos de preposição. Estruturas como as ilustradas em (16) acima só aparecem com a posição de sujeito vazia na fala dos indivíduos mais velhos:

- (24) [\emptyset_{arb} *praticar* um esporte], não deixa de ser um divertimento, né, então isso depende muito de gerações (PB oral)

Veremos na seção final que os resultados aqui apresentados constituem importante evidência do “encaixamento” da mudança na representação do sujeito pronominal.

Uma análise qualitativa dos dados da escrita

Da mesma forma que se observou nos dados da fala, a alternância entre um sujeito nulo e um clítico *se* não parece ser funcionalmente condicionada na escrita, como mostram os exemplos de PE e PB em (24) e (25):

- (25) a. [Para \emptyset_{arb} *ver* o ânulo] é preciso [\emptyset_{arb} *estar* numa estreita faixa de centralidade] que atravessa o norte de Portugal Continental, vinda da Galiza. (PE escrito)
b. É preciso [*estar-se* muito imerso na vida terrena] [para não *se ter* reparado ainda] no que se tem passado na vida celestial. (PE escrito)
- (26) a. Em SP, [talvez para não *se ver* a cidade], há muita coisa [para *se ver*]. No Rio, o que há de sobra [para \emptyset_{arb} *ver*] é a paisagem. (PB escrito)
b. É preciso [\emptyset_{arb} *esclarecer*] que, no país natal de Ratzinger, todos os pastores, católicos e protestantes, são funcionários do Estado, ou seja, remunerados com dinheiro público. (PB escrito)

No entanto, ao contrário do que se observou na modalidade oral, em cinco dos nove dados do PE escrito, e em três dos 10 dados do PB, o uso de *se* previne uma leitura correferencial com um antecedente, garantindo uma interpretação indeterminada do sujeito, como mostram, respectivamente (26) e (27):

- (27) a. Uma certeza é a de que, além dos visados, o CDS (que veio afirmar, precipitadamente, [*estar-se* «perante um equívoco»]) e o grupo do BES não saem nada bem deste processo. (PE escrito)
b. Se Cabo Verde tem dado passos largos, gigantescos em alguns casos diria, rumo ao desenvolvimento, é legítimo a meu ver [*questionar-se*] se esse desenvolvimento poderá vir a ser de facto sustentável, sem que haja um envolvimento sério e descomplexado nesse processo dos membros mais qualificados da sua diáspora. (PE escrito)
- (28) a. Foi preciso a imprensa entrar na história [para *se saber*] o quanto são freqüentes os quase-acidentes aéreos. (PB escrito)
b. O senhor teve toda razão ao insistir com Nosso Guia na necessidade [de *se demitir* “o grande irmão”]. (PE escrito)

Um sujeito nulo em (26a, b) levaria à interpretação do sujeito como definido, coindexado com “CDS” e “eu”, respectivamente. Da mesma forma, em (27a, b), o sujeito poderia ser coindexado com “a imprensa”, “Nosso Guia”. Isso, entretanto, não é um procedimento categórico, podendo-se encontrar um *se* aparentemente não motivado funcionalmente:

- (29) a. É tempo [de *se perceber*] que a Igreja tem de evoluir de acordo com o que pensam e sentem os católicos (PE escrito)
b. Como, portanto, [*criar-se* um órgão] que, sem ter as prerrogativas do Judiciário, a ele se sobreponha? De que natureza será esse órgão? Ou será mais um poder da União? (PB escrito)

A presença/ausência de preposição *se* mostra pouco atuante no PE, que exige quatro dados com *se* em contextos sem preposição e cinco com preposição. Para o PB, a presença de preposição *se* mostra mais atuante no favorecimento de *se*. Em apenas dois dos dez casos, temos contextos sem preposição, um dos quais é ilustrado acima em (28b) acima. No outro caso de ausência de contexto não regido de preposição, temos a única ocorrência de concordância entre verbo e argumento interno, uma construção passiva (ou *se* passivo):

- (30) Já é comum [*escreverem-se* ensaios polissilábicos] (PB escrito)

O único outro dado da amostra com um argumento interno igualmente no plural exige a construção ativa (ou *se* nominativo):

- (31) De lá para cá, fracassada a teoria de Cesare Lombrose, a necessidade [de *se esquadriñar* com antecipação os futuros bandidos] fez com que a galeria dos potenciais malvados crescesse (PB escrito)

Passemos a uma interpretação mais geral dos resultados.

O que sugerem os resultados

A análise aqui apresentada sugere que, no português europeu, fala e escrita estão muito próximas em relação às infinitivas (como mostram o estudo de Cavalcante (2006) e outros estudos em relação a diferentes fenômenos morfossintáticos) e confirma o caráter conservador da escrita padrão brasileira, que espelha,

pelo menos em termos quantitativos, a norma lusitana: preferência pelo sujeito nulo nas infinitivas, uso parcimonioso de *se*, utilizado como uma estratégia marginal, algumas vezes para garantir uma interpretação arbitrária do sujeito.

É nos resultados da amostra de língua oral que encontramos os efeitos da mudança em curso na gramática do português brasileiro. E a escolha do pronome *você* para realizar foneticamente essa posição, além de ser coerente com um sistema que rejeita o uso do clítico *se* (lembre-mos de que esse clítico está praticamente ausente das sentenças finitas para expressar a indeterminação de um argumento), permite o preenchimento do sujeito dos infinitivos em posição inicial:

(32) [*você* tomar um picolé] e jogar papel no chão é um péssimo hábito que a gente tem (PB oral)

O uso de *você* permite ainda a co-ocorrência com o *se* reflexivo (ainda resistente em algumas variedades regionais do Brasil), impossível com o uso de *se* apassivador/indeterminador, como mostram (32) e (33):

(33) a. Lugares para \emptyset_{arb} comer bem
b. Lugares para *se* comer bem
c. Lugares para *você* comer bem

(34) a. Lugares para \emptyset_{arb} *se* divertir
b. *Lugares para *se* se divertir
c. Lugares para *você* se divertir

Enfim, o uso de *você* indeterminador se dá em numa posição em que a ordem Sujeito Verbo e não sofre qualquer tipo de restrição estrutural.

Quanto ao uso de *se* na escrita, pode-se esperar que, por se tratar de uma forma de prestígio, preservada pela norma escrita padrão para a indeterminação em sentenças finitas, seu uso venha a aumentar nas sentenças infinitivas, satisfazendo a tendência de representar foneticamente (graficamente) o sujeito, fruto da mudança gramatical, sem perder a “formalidade” que a escrita à lusitana exige. Assim, o usuário vai superando a proibição de utilizar um *se* “sem utilidade” (vejam-se os textos acadêmicos recentes) e, em vez de optar por um sujeito nulo, como em (34a), ou utilizar um *se*, por demais “informal”, lança mão do clítico, seja como indeterminador (34b) seja apassivador, como mostrou o exemplo (29) acima, aqui repetido em (34c):

- (35) a. Já é comum [\emptyset_{arb} *escrever* ensaios polissilábicos].
b. Já é comum [*escrever-se* ensaios polissilábicos].
c. Já é comum [*escreverem-se* ensaios polissilábicos]. (PB escrito)

Evidência de que essa nova gramática do PB requer um sujeito indeterminado expresso está no título da redação da prova do ENEM, apresentado em (35)

- (36) “O desafio de *se conviver* com a diferença”. (*Título da redação do Exame Nacional do Ensino Médio – 2007*)

Certamente o uso de *se* deixa clara para o aluno a referência indeterminada do sujeito de “conviver”. Entretanto, num sistema de sujeito nulo uma possível ambigüidade não se colocaria. Essa possível ambigüidade já é sem dúvida a existência de uma estrutura que exige a realização fonética do sujeito. O mesmo efeito da mudança em curso pode ser ilustrado com o primeiro verso do terceto que aparece em epígrafe a este artigo. O autor (FERRAZ, 2008) me perguntou se poderia usar este *se* tão condenado pelos vigilantes da gramática ou se deveria deixar o verso sem ele. Quando lhe perguntei qual tinha sido sua primeira escolha, o poeta me disse: “Com *se*”. E à minha pergunta: “Por quê?”, ele respondeu: “Sem o *se* poderia parecer que o sujeito era *eu*.”

Enquanto isso, a lenta implementação de formas da fala na escrita padrão se dá de maneira quase imperceptível, abrindo um difícil caminho por gêneros mais informais, aqui representados pelas crônicas, como se vê nos únicos exemplos encontrados na amostra:

- (37) a. Não adianta [*você* começar uma vida nova longe de casa]. (PB escrito)
b. A orientação é [para *a gente* trocar o disco]. (PB escrito)

Para concluir, podemos dizer que a implementação de formas nominativas, particularmente a do pronome *você*, na posição de sujeito arbitrário dos infinitivos, é efeito de um novo padrão sentencial que se instalou na gramática do PB (KATO; DUARTE, 2003) e que tem sua origem numa mudança mais profunda, trazendo uma instigante novidade para o estudo da mudança e para a própria caracterização dos feixes de propriedades do Parâmetro do Sujeito Nulo. Não parece haver, nas línguas ocidentais, relato de expressão de um sujeito arbitrário de infinitivo. Estamos diante de reflexos inesperados de uma mudança gramatical, mas não se trata de um fenômeno que se possa atribuir ao acaso. E é nesse sentido que

o modelo de mudança proposto em Weinreich, Labov e Herzog (2006) é insistente na discussão do problema do “encaixamento”: cabe ao pesquisador investigar a que outras mudanças um determinado traço novo no sistema está relacionado.

Aos que acompanham a mudança na representação do sujeito pronominal é impossível deixar de relacionar esse novo padrão à própria mudança associada à possibilidade do infinitivo flexionado e à orientação para o discurso, características do PB. Os dados revelados desde inícios dos anos 80 por Pontes (1987), chamando a atenção para um conjunto de construções de tópico, e estudos teóricos e empíricos subsequentes, relacionando essas construções à mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo,¹¹ ajudam a entender por que o PB, nesse processo de mudança, foge do que se esperaria de um sistema “bem comportando” no que diz respeito às propriedades do Parâmetro. O PB, ao contrário do francês no passado (VANCE, 1989) e do espanhol da República Dominicana no presente (TORIBIO, 1996), não desenvolveu um expletivo lexical como esses dois sistemas (*il semble que, ello parece que...*). E por que esse comportamento? A resposta estaria no fato de que línguas com orientação para o discurso não têm elementos lexicais sem conteúdo semântico, como os expletivos lexicais (LI; THOMPSON, 1976). Daí o PB lançar mão de alçamento de constituintes referenciais para a posição disponível de sujeito nas construções com verbos impessoais (DUARTE, 2004, 2007b).

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Arbitrary subjects in infinitival clauses. **Revista do Gel**, São Paulo, v.5, n.1, p. 9-30, 2008.

ABSTRACT: *This article analyzes the representation of arbitrary subjects in infinitival sentences in spoken and written Brazilian and European Portuguese (EP), under the hypothesis that the change affecting finite sentences in Brazilian Portuguese (BP) associated with the existence of the inflected infinitive and the discourse orientation would trigger the phonological expression of the subject in infinitival sentences. The results confirm our hypothesis, showing a remarkable use of nominative pronominal forms to represent arbitrary subjects of infinitival sentences in BP, whereas written language behaves similarly to EP, which prefers null subjects in variation with a parsimonious use of indefinite clitic “se”, in speech as well as in writing.*

KEYWORDS: *Linguistic change. Null Subject Parameter. Infinitival sentences. Inflected infinitive. Arbitrary subject. Discourse oriented language.*

¹¹ Além dos já citados, veja-se Orsini e Vasco (2007).

Referências

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 22.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1969.

BARBOSA, A.; LOPES, C. (Org.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: In-Fólio. 2006.

BARBOSA, P.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v. 4, p.11-52, 2005.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna. 1999.

CAVALCANTE, S. R. de O. O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca. **Diadorim: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários**. Rio de Janeiro, v.2, p.63-82, 2007.

_____. **O uso de se com infinitivo na história do português**.2006. Tese (Doutorado em Lingüística) – Unicamp, Campinas, 2006.

_____. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX**.1999. Dissertação (Mestrado em letras Vernáculas) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

CAVALCANTE, S. R. de O.; DUARTE, M. E. L. **The subject position in Brazilian Portuguese: the embedding of a syntactic change**. Philadelphia: University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics. (2008). No prelo.

CRESTI, Emanuela; MONEGLIA, Massimo. (Ed.). **C-ORAL-ROM – Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages**. Amsterdam: Jonh Benjamins. 2005. (Studies in Corpus Linguistics, v.15).

CUNHA, C. F. da. **Gramática do português contemporâneo de acordo com a Norma Gramatical Brasileira**. 7.ed. rev. Belo Horizonte: B. Álvares, 1978.

CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, M. E. L. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na fala e na escrita padrão. **Lingüística: Revista do Programa de Pós-graduação em Lingüística**, Rio de Janeiro, v.3, n.1., p.89-115, 2007a.

_____. Sobre outros frutos de um projeto herético: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS; M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. (Org.).

Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas: Pontes, 2007b. p.35-48.

_____. On the embedding of a syntactic change. In: International Conference on Language Variation in English, 2., 2004, Uppsala, Sweden. **Language Variation in Europe: papers from ICLaVE2.** Uppsala, Sweden: Universitetsstryckeriet, 2004. p.45-155.

_____. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). **Mudança lingüística em tempo real.** Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2003. p.115-128.

_____. Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, T. M. (Org.). **Para a história do português brasileiro: novos estudos.** São Paulo: Humanitas. 2002. v.3, p.155-176.

_____. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro.** 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) – Unicamp, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L.; LOPES, C. Realizaram, realizou-se ou realizamos...? as formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais no século XIX. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (Org.). **Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos.** Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002. p.155-165. v.4.

FERRAZ, E. **Cinemateca.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2008.

GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. A gramática do português Brasileiro. **Línguas e instrumentos lingüísticos,** Campinas, v.1, p.79-96, 1998.

_____. A Sintaxe do português brasileiro. **Ensaio de Lingüística,** Belo Horizonte, v.13, p.31-50, 1987.

GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A. (Org.). **E os preços eram commodos....** São Paulo: Humanitas, 2000.

GUY, G.; ZILLES, A. M. S. **Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise.** São Paulo: Parábola, 2007.

KATO, M. A. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter.** Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana, 2000. p.223-258.

_____. Tópicos como predicados alçados. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v.34, p.67-76, 1998.

_____. Tópico e sujeito: duas categorias em sintaxe? **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v.17, p.109-132, 1989.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. Semantic and phonological constraints on the distribution of null subjects in Brazilian Portuguese. Comunicação apresentada no **NWAV32**, Philadelphia, USA. 2003.

KATO, M. A.; TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALAN, C. (Ed.). **Studies in romance linguistics**. Dordrecht: Foris, 1986. p.343-358.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LI, C-N.; THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C-N (Ed.). **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976. p.457-489.

MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Org.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Madrid: Iberoamericana, 2000. p.105-126.

NUNES, J. **O famigerado se**: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com **se** apassivador e indeterminador. 1990. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Unicamp, Campinas, 1990.

ORSINI, M.; VASCO, S. L. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. **Diadorim**: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários, Rio de Janeiro, v.2, p.83-98, 2007.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, v. 2, p. 49-68, 1998.

PONTES, E. **O Tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

SILVA, M. C. F. **A posição do sujeito no português brasileiro**: frases finitas e infinitivas. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996

TARALLO, F.; KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. **Diadorim**: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários, Rio de Janeiro, v.2, p.13-42, 2007.

_____. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. **Preedição**, Campinas, v. 5. p.315-353. 1989.

TORIBIO, J. A. Dialectal variation in the licensing of null referential and expletive subjects. In: PARODI et al. (Org.). **Aspects of Romance Linguistics**: selected papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIV. Washington DC: Georgetown University Press, 1996. p. 409-432.

VANCE, B. **Null subjects and syntactic change in medieval French**. 1989. Dissertation - Cornell University, 1989.

WEIREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno, com prefácio de Carlos Alberto Faraco e posfácio de M. Conceição de Paiva e M. Eugênia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press: 1968. p.97-195.